

**Empresa Maranhense de Administração
Portuária – EMAP**



**Demonstrações Financeiras
Dezembro de 2012**



Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

Demonstrações Financeiras

Dezembro de 2012

Sumário

Balanco patrimonial.....	2
Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa – Modelo indireto	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas	8 - 21



Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Balanco Patrimonial

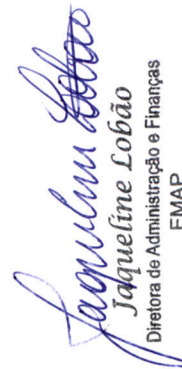
Em 31 de dezembro de 2012

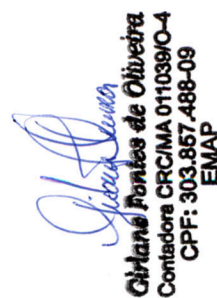
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2012	31/12/2011	Passivo	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	220.031	137.096	Fornecedores	12	8.032	359
Clientes Líquido de PCLD	9	5.318	14.322	Folha de pagamento e provisão de férias	13	1.462	1.356
Almoxarifado		46	65	Impostos e contribuições a recolher	13	2.666	2.026
Impostos e contribuições a recuperar	10	13.079	150	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	13	413	276
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	10	46.751	1.834	Convênios	14	26.957	40.437
Outras contas a receber		6.687	5.270	Juros sobre capital próprio	14	9.813	8.197
Total do ativo circulante		291.912	158.737	Provisão participação nos resultados	15	3.706	3.499
Clientes Líquido de PCLD LP	9	5.264	6.139	Provisão para contingências	15	218	-
Imobilizado	11	356.045	258.377	Receita diferida	16	6.081	-
Intangível		5.760	5.331	Outras contas a pagar	16	6.937	5.329
Total do ativo não circulante		367.069	269.847	Total do passivo circulante		66.285	61.479
Total do Ativo		658.981	428.584	Provisão para contingências	15	510	-
				Receita diferida	16	140.370	-
				Convênios a comprovar	14	265.773	202.311
				Total do passivo não circulante		406.653	202.311
				Patrimônio Líquido	17		
				Capital Social		165.000	100.000
				Reservas de lucro		21.043	64.794
				Total do patrimônio líquido		186.043	164.794
				Total do Passivo		658.981	428.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Ciblane Pontes de Oliveira
 Contadora CRC/MA 01103910-4
 CPF: 303.857.488-09
 EMAP



Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

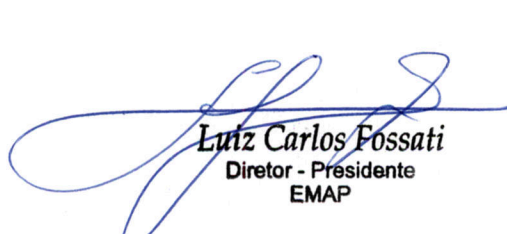
Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Receita Líquida	4	88.581	86.346
Custos operacionais	5	(33.879)	(28.758)
Lucro bruto		54.702	57.588
Despesas Administrativas	6	(39.209)	(22.400)
Pessoal/Encargos e Benefícios		(18.369)	(14.218)
Despesas Gerais		(17.179)	(7.988)
Despesas com Materiais		(353)	(500)
Provisão para Contingências		(728)	-
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa		(2.455)	20
Outras receitas / despesas		(125)	286
Depreciação e Amortização		(4.191)	(5.886)
Resultado financeiro		6.036	1.788
Receitas Financeiras		15.949	10.110
Despesas Financeiras		(9.913)	(8.322)
Resultado antes dos Impostos		17.338	31.090
Impostos sobre o Lucro	7	(4.286)	(6.722)
(-) Provisão para Contribuição Social		(1.805)	(2.920)
(-) Provisão para IRPJ		(4.575)	(8.012)
(+) Receita de Subvenção - Redução IRPJ		2.094	4.210
Lucro do exercício		13.052	24.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Giliane Fontes de Oliveira
 Contadora CRC/MA 011039/O-4
 CPF: 303.857.488-09
 EMAP



Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Demonstração do resultado abrangente

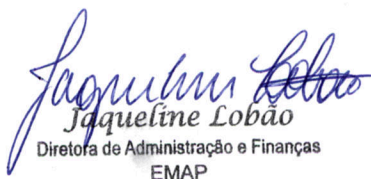
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro do exercício	<u>13.052</u>	<u>24.368</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u><u>13.052</u></u>	<u><u>24.368</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Girlane Fontes de Oliveira
 Contadora CRC/MA 011039/O-4
 CPF: 303.857.488-09
 EMAP

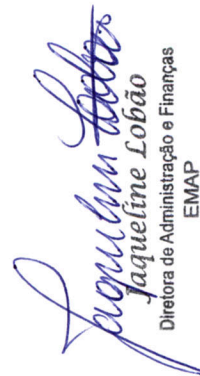


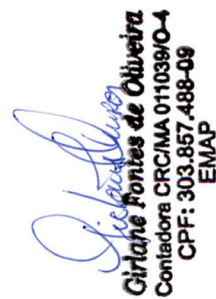
Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
Em milhares de Reais

	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar	
Em 1º de janeiro de 2011	50.000	3.563	7.380	67.412	128.355
Lucro do exercício	-	-	-	-	24.368
Constituição de reserva legal	-	1.218	-	-	(1.218)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	4.210	-	(4.210)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	18.940	(18.940)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	1.148	-
Incorporação de juros sobre capital próprio	10.923	-	-	-	1.148
Capitalização de reservas	39.077	-	(7.380)	(31.697)	10.923
					-
Em 31 de dezembro de 2011	100.000	4.781	4.210	55.803	164.794
Incorporação de juros sobre capital próprio	8.197	-	-	-	8.197
Capitalização de reservas	56.803	-	(4.210)	(52.593)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	13.052
Constituição de reserva legal	-	653	-	-	(653)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	2.094	-	(2.094)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	10.305	(10.305)
					-
Em 31 de dezembro de 2012	165.000	5.434	2.094	13.515	186.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Gislaine Fontes de Oliveira
 Contadora CRC/MA 011039/O-4
 CPF: 303.857.488-09
 EMAP

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.052	24.368
Imposto de renda	2.481	3.802
Contribuição social	1.805	2.920
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	<u>17.338</u>	<u>31.090</u>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	4.191	5.886
Valor residual do ativo imobilizado baixado	49	2.304
Provisão de crédito de Liquidação duvidosa	2.455	(20)
Provisão para contingências	728	-
Outros	-	1.148
	<u>7.423</u>	<u>9.318</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Clientes	7.424	(6.108)
Almoxarifado	19	121
Impostos e contribuições a recuperar	(11.441)	24
Impostos sobre o lucro a recuperar	(2.352)	3.592
Outros créditos a receber	(1.417)	(1.861)
	<u>(7.767)</u>	<u>(4.232)</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	7.673	(274)
Obrigações estimadas, folhas de pagamento	116	292
Impostos e contribuições a recolher	638	870
Tributos sobre o lucro	(4.149)	(6.644)
Juros sobre capital próprio	9.813	8.197
Participação nos lucros	207	514
Provisão para contingências	-	-
Receita diferida	146.451	-
Outras contas a pagar	1.601	1.898
	<u>162.350</u>	<u>4.853</u>
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	<u>179.344</u>	<u>41.029</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.054)	(3.907)
	<u>(44.054)</u>	<u>(3.907)</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>135.290</u>	<u>37.122</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado	(100.012)	(72.123)
Aquisições no ativo intangível	(2.324)	(1.928)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(102.336)</u>	<u>(74.051)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos da União	90.467	21.032
Devolução de recursos da União	(40.486)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	<u>49.981</u>	<u>21.032</u>
Disponibilidades aplicadas no exercício	<u>82.935</u>	<u>(15.897)</u>
Demonstração do aumento/redução nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	137.096	152.993
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	220.031	137.096
Aumento nas disponibilidades	<u>82.935</u>	<u>(15.897)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Girlane Fontes de Oliveira
 Contadora CRC/MA 011039/O-4
 CPF: 303.857.488-09
 EMAP



Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações do Valor Adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas	93.395	94.851
Receita de serviços prestados	79.512,00	87.454,00
Receita de arrendamento	15.720,00	7.358,00
Provisão para devedores duvidosos - Reversão/ (Constituição)	(2.455)	20
Outras receitas	618	19
Insumos adquiridos de terceiros	(47.796)	(30.927)
Custos dos serviços prestados	(25.923)	(22.865)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.873)	(8.062)
Valor adicionado bruto	45.599	63.924
Depreciação, amortização e exaustão	(4.191)	(5.886)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	41.408	58.038
Valor adicionado recebido em transferências	15.949	10.110
Receitas financeiras	15.949	10.110
Valor adicionado total a distribuir	57.357	68.148
Distribuição do valor adicionado	57.357	68.148
Pessoal	19.355	17.569
Remuneração direta	14.127	14.519
Benefícios	4.020	2.023
F.G.T.S.	1.208	1.027
Impostos, taxas e contribuições	15.037	17.889
Federais	12.048	14.888
Municipais	2.989	3.001
Remuneração de capitais de terceiros	100	125
Despesas financeiras	100	125
Remuneração de capitais próprios	22.865	32.565
Juros sobre capital próprio	9.813	8.197
Lucros do exercício	13.052	24.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Luiz Carlos Fossati
 Diretor - Presidente
 EMAP


Jaqueline Lobão
 Diretora de Administração e Finanças
 EMAP


Gislene Fontes de Oliveira
 Contadora CRC/MA 011839/O-4
 CPF: 303.857.488-08
 EMAP



1. Informações sobre a Empresa

As demonstrações financeiras da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2013. Constituída como Empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, possui autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira. A sede social da empresa está localizada na Avenida dos Portugueses, s/n – Porto do Itaqui – São Luís – MA.

A EMAP exerce a atividade de Autoridade Portuária do Porto Organizado do Itaqui, do Cais de São José de Ribamar, dos Terminais de Ferry-Boat da Ponta da Espera e do Cujupe, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, em harmonia com as diretrizes do governo federal, por força de Convênio de Delegação Nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. A EMAP não possui operações em moeda estrangeira.



2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de Serviços

A receita de utilização da infraestrutura portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias são reconhecidas à medida que os serviços são prestados.

Receita de aluguel

Receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.



2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Empresa receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.5. Imobilizado

A Empresa optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- I. O método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Empresa;
- II. O ativo imobilizado da Empresa é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;
- III. A indústria em que a Empresa opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Empresa ao longo dos anos;
- IV. A Empresa possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas cumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Edificações portuárias

4%



Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Aparelhos, máquinas equipamentos de informática	10%
Equipamentos marítimos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	25%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.



2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.



No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, é discutida a seguir.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Receita Líquida

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita bruta	95.850	94.831
Tarifas/Serviços	79.512	87.454
Arrendamento	10.147	7.358
Arrendamento TEGRAM	5.573	-
Outras Receitas	618	19
Deduções da receita	(7.269)	(8.485)
Impostos Faturados	(7.269)	(8.485)
Receita Líquida	88.581	86.346



5. Custos Operacionais

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal/Encargos e Benefícios	7956	5878
Custos com Infraestrutura Portuária	3379	7195
Custos Gerais	19889	13727
Custos com Materiais	766	326
Custos com Serviços Essenciais	1656	1518
Outros custos	233	114
Total	<u>33.879</u>	<u>28.758</u>

6. Despesas Administrativas

	Despesas Administrativas	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pessoal/Encargos e Benefícios	(18.369)	(14.358)
Despesas Gerais	(16.646)	(6.585)
Materiais	(353)	(500)
Serviços Essenciais	(533)	(577)
Provisão para Contingências	(728)	-
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(2.455)	20
Outras Receitas não recorrentes	-	387
Outros	(125)	(787)
Total	<u>(39.209)</u>	<u>(22.400)</u>

7. Impostos sobre o lucro – Alíquota efetiva

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está resumida a seguir:



Demonstração do resultado	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda Corrente	(4.575)	(8.012)
Receita Subvenção - incentivo fiscal SUDENE	2.094	4.210
Despesas de contribuição social corrente	(1.805)	(2.920)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	(4.286)	(6.722)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do impostos	17.338	17.338	31.090	31.090
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	4.335	1.560	7.773	2.798
Adições:				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	294	106
Contribuições Socioculturais e Patrocínios	660	238	20	7
Multas por infrações	18	7	10	4
Brindes	-	-	21	8
	678	245	345	125
Exclusões:				
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(7)	(3)
Base do imposto adicional	(24)	-	(24)	-
	(24)	-	(31)	(3)
IRPJ e CSLL	4.989	1.805	8.087	2.920
Incentivo PAT	(314)	-	-	-
Contribuições Socioculturais Lei Rouanet	(100)	-	(75)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	4.575	1.805	8.012	2.920
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(2.094)	-	(4.210)	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	2.481	1.805	3.802	2.920
Alíquota efetiva	14%	10%	12%	9%



8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Numerários disponíveis	119	229
Aplicações financeiras	193.395	96.874
Aplicações financeiras terceiros	26.517	39.993
Total	<u>220.031</u>	<u>137.096</u>

As aplicações financeiras próprias são investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) que variam de 100% a 101%, e estão disponíveis para utilização nas operações da EMAP.

Quanto às aplicações de terceiros referem-se a recursos da União recebidos a título de adiantamento para construção de obras, estes recursos são aplicados em caderneta de poupança, conforme art. 20 da Instrução Normativa STN N° 01/1997.

9. Clientes

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Cliente	6.738	15.662	14.322	15.502
PCLD (*)	(1.420)	(10.398)	-	(9.363)
Total	<u>5.318</u>	<u>5.264</u>	<u>14.322</u>	<u>6.139</u>

(*) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

10. Impostos a recuperar

a. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
INSS	30	30
ISS	34	34
PIS	2.320	13
COFINS	10.685	62
Outros impostos	10	11
Total	<u>13.079</u>	<u>150</u>



b. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
IRPJ	35.474	1.533
CSLL	11.277	301
Total	<u>46.751</u>	<u>1.834</u>

11. Imobilizado

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bens Imóveis	22.213	23.424
Bens Móveis	6.516	6.014
Bens Móveis Convênio	253	253
Obras em Andamento (a)	327.063	228.686
Total Imobilizado	<u>356.045</u>	<u>258.377</u>

- a. A companhia mantém investimentos em obras em andamento para construção dos berços 100 e 108 e recuperação dos berços 100, 101 e 102. Estes investimentos representam aproximadamente 92% do seu imobilizado e são financiados com recursos próprios e de terceiros, veja nota 14.

A mutação do imobilizado da EMAP está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2012</u>
Custo	40.222	1.587	-	41.809
Depreciação	(10.532)	(2.295)	-	(12.827)
Total	<u>29.690</u>	<u>(708)</u>	<u>-</u>	<u>28.982</u>
Recursos próprios	25.742	26.088	-	51.830
Recursos de Terceiros	202.945	72.337	(49)	275.233
Em andamento	<u>228.687</u>	<u>98.425</u>	<u>(49)</u>	<u>327.063</u>
Total	<u>258.377</u>	<u>97.717</u>	<u>(49)</u>	<u>356.045</u>



12. Fornecedores

Fornecedores	31/12/2012	31/12/2011
Serveng Civilsan S/A - Matriz	7.360	-
SMS Tecnologia Eletrônica Ltda	219	-
Companhia Energética do Maranhão - CEMA	112	104
Outros fornecedores	341	255
Total	8.032	359

13. Impostos a recolher

a. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2012	31/12/2011
ISS	1.400	637
INSS	1.032	707
FGTS	112	99
PIS	-	291
COFINS	-	178
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	122	114
Total	2.666	2.026

b. Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ / CSLL	-	7
IRRF	413	269
Total	413	276



14. Convênios a comprovar

Convênios	Contrapartida	Concedente	Total Contrato	Repasse	Rendimentos	Utilizado (*)	Devolução	A utilizar	
DNIT/AQ/0173/2003-06	a.	26.691	240.219	266.910	224.010	16.172	239.284	-	898
DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00	b.	67	600	667	600	60	571	89	-
SEP/001/2007-05	c.	546	49.015	49.561	49.015	7.678	16.207	40.486	-
TERMO DE COMPROMISSO SEP/012/2011	d.	-	70.420	70.420	34.950	820	9.711	-	26.059
Total		27.304	360.254	387.558	308.575	24.730	265.773	40.575	26.957

(*) Recursos utilizados refere aos valores cedidos e seus respectivos rendimentos.

- a. **Convênio N° DNIT/AQ/0173/2003-06** – Tem por objetivo execução das obras de ampliação e melhoramento da infraestrutura portuária do Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 09/12/2003 a 31/03/2013.
Obras contempladas: Construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul; Recuperação dos Berços 101 e 102; Sistema de segurança e gerenciamento eletrônico - ISPS CODE; Modernização do sistema de atracação a laser e monitoramento ambiental do Porto; Projeto executivo das obras; Gerenciamento e fiscalização das obras.
- b. **Convênio N.º DNIT/AQ/00.01.0226/2004-00** – Tem por objetivo a construção e instalação portuária para inspeção fitossanitária e construção de complexo administrativo portuário no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2004 a 31/01/2006.
Obras contempladas: Posto Vigiagro; Prédio Centro de Negócios.
- c. **Convênio N.º SEP/001/2007-05** – Tem por objetivo Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101.
O prazo de vigência é de 21/12/2007 a 01/01/2011.
- d. **Termo de compromisso SEP/012/2011** – Tem por objetivo execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui. O prazo de vigência é de 30/12/2011 a 30/08/2013.



15. Provisão para contingências

	31/12/2012	
	Circulante	Não circulante
Civil	200	310
Trabalhista	18	200
Total	218	510

16. Receita Diferida

A Empresa mantém contratos de arrendamento mercantil operacional para a construção do Terminal de Grãos do Maranhão com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LD Commodities Terminais Portuários S/A, CGG Trading S.A e Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., cuja receita está sendo diferida de forma linear pelo prazo de arrendamento que é de 25 anos.

Abaixo a posição da receita diferida e 31 de dezembro de 2012.

	Oportunidade de negócios	Downpayment	Total
Circulante	5.773	308	6.081
Não circulante	133.265	7.105	140.370
Total	139.038	7.413	146.451

17. Patrimônio Líquido

O capital social da EMAP em 31 de dezembro de 2012 é de R\$165.000 (2011: R\$100.000) dividido em 165.000 de ações nominativas, com valor unitário de R\$1,00. Tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

a. Reserva de Lucro – Reserva Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitada a



20% do capital social. A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$5.434 em 31 de dezembro de 2012 (2011: R\$4.781).

b. Reserva de Lucro – Reserva de Incentivo Fiscal

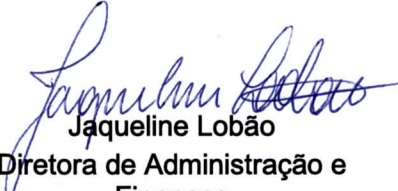
Em 01 de março de 2005, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu os Laudos Constitutivos nº 0045/2005 e 0048/2005, que outorga à EMAP o direito à redução do Imposto de Renda de 75% referente ao projeto de ampliação da infraestrutura para o período de 2004 à 2013, e redução escalonada de 25% à 12,5% por estar localizada em área de atuação da extinta SUDENE, para o período de 2004 à 2013.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$2.094 (2011: R\$4.210), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% e 12,5% no imposto de renda apurado pelo lucro real.



Luiz Carlos Fossati

Presidente



Jaqueline Lobão

Diretora de Administração e
Finanças



Girlane Fontes de Oliveira

Coordenadora de
Contabilidade